

Os Trabalhadores Rurais no Brasil e a Problemática da Modernização no Campo

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa

beatriz-feitosa@uol.com.br

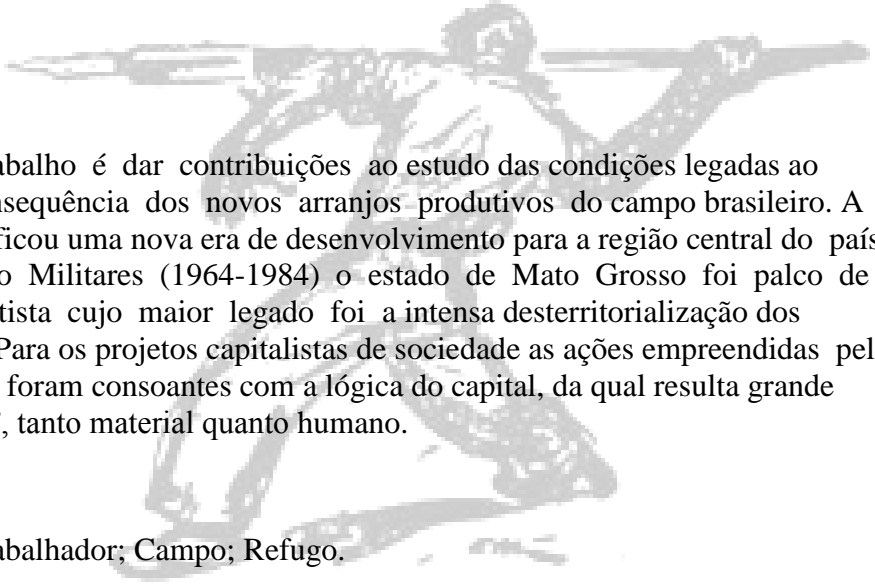
Doutoranda em História – Programa de Pós Graduação em
História da Universidade Federal de Mato Grosso –
PPGHIS/UFMT

Professora Assistente no Departamento de História da UFMT –
Campus Rondonópolis

Membro do Grupo de Pesquisa em História NPH/UFMT e do
Grupo de Pesquisa em História, Terra e Trabalho GPHTT/UFMT

Áreas de Interesse: Movimentos Sociais no Campo; História
Agrária.

RESUMO



A proposta deste trabalho é dar contribuições ao estudo das condições legadas ao trabalhador como consequência dos novos arranjos produtivos do campo brasileiro. A década de 1970 significou uma nova era de desenvolvimento para a região central do país, sob a égide dos Governo Militares (1964-1984) o estado de Mato Grosso foi palco de um surto desenvolvimentista cujo maior legado foi a intensa desterritorialização dos trabalhadores rurais. Para os projetos capitalistas de sociedade as ações empreendidas pelos governos brasileiros foram consoantes com a lógica do capital, da qual resulta grande produção de “refugo”, tanto material quanto humano.

Palavras chaves: Trabalhador; Campo; Refugo.

ABSTRACT

The purpose of this work is to give contributions to the study of conditions bequeathed to the employee as a result of new clusters of the Brazilian countryside . The 1970s meant a new era of development for the central region of the country , under the aegis of the Military Government (1964-1984) the state of Mato Grosso was the scene of a developmental spurt whose greatest legacy was the intense dispossession of rural workers. For the society of capitalist projects actions undertaken by the Brazilian governments were consonant with the logic of capital , which shows great production of " waste " , both material and human.

Key words : Worker ; Field; Waste .

Os Trabalhadores Rurais no Brasil e a Problemática da Modernização no Campo

A proposta deste trabalho é dar contribuições ao estudo das condições legadas ao trabalhador como consequência dos novos arranjos produtivos do campo brasileiro, para tanto dialogamos com questões referentes ao “Antigo” e o “Moderno” no desenvolvimento de Mato Grosso. A década de 1970 significou uma nova era para o processo de modernização do território mato-grossense, não podemos perder de vista o cenário que se apresentava ao Brasil, governado por presidentes militares que impuseram políticas de desenvolvimento econômico amparadas em um projeto de estabilização da economia e das finanças, a meta era alterar o quadro econômico com inflação em torno de 80% ao ano.

A aposta em exportação e abertura para o capital internacional promoveu a modernização, marcada pelo terror do AI-5 e por uma teia de relações entre ditadura e sociedade civil, assim se produziu o Milagre Econômico dos anos 1970, para além do período em que o Brasil esteve sob vigência do Regime Civil Militar, ressalta-se que a constituição territorial brasileira foi marcada por inúmeras narrativas de negação de territorialidades que tiveram grande influência do poder estatal, há significativo número de pesquisa que se dedicaram a refletir sobre esta questão, propomo-nos dialogar com a produção historiográfica acerca da ocupação de Mato Grosso, buscando em períodos anteriores ao que é a preocupação deste artigo a dinâmica de configuração espacial, cuja orientação via Estado nos anos de 1970 deu o tom final para a constituição da grande propriedade na região.

Importante contribuição as análises da ocupação territorial mato-grossense foi dada por Volpato¹ que se propõe derrubar dois mitos no que diz respeito à historiografia tradicional que trata do período colonial mato-grossense, o primeiro aquele que aponta o passado vivido por essa colônia como algo faustoso. A outra abordagem explica os problemas enfrentados pela colônia devido ao isolamento vivido pela mesma, o que impedia que Mato Grosso acompanhasse o ritmo de desenvolvimento de outras regiões do país e que segundo Borges (1991) negava participação de Mato Grosso na divisão internacional do trabalho.

A “tese de isolamento”, vem sofrendo reinterpretações, tendo sido estudada por Garciaⁱⁱ, em trabalho intitulado “Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial”, para o autor, ao defender o “não isolamento” de Mato Grosso, Lenharo estaria corroborando um novo mito,

[...] mesmo que não fosse intenção de Lenharo, essa tese também atendia a interesses de grupos sociais surgido do desenvolvimento que Mato Grosso teve na segunda metade do século XIX. Eles que queriam dar uma nova imagem ao Estado. Ou seja, a tese do “não isolamento”,

corroborar um certo mito da integração de Mato Grosso com o restante do país. [...] (GARCIA, 2003, p.41).

Do debate entre as duas teses “isolamento” e “não isolamento”, Garcia deduz, levando em conta as peculiaridades regionais do estado de Mato Grosso, que o tornam diferente de outras regiões brasileiras, ressaltando que:

[...] quero deixar registrado que descarto qualquer ideia de isolamento de Mato Grosso, mesmo para os difíceis anos de 1720 e 1730. É impossível pensar em isolamento para uma capitania ou província que tinha um comércio externo tão expressivo, maior até que muitas províncias litorâneas. Aliás, pelas características das regiões mineradoras, quase todas as mercadorias que circulavam em Mato Grosso eram de origem estrangeira. Por outro lado, não concordo com a idéia (sic.) extrema de “não isolamento”, e integração completa de Mato Grosso ao restante do país, visto que as distâncias que separavam esse estado dos centros de abastecimento exerciam forças poderosas sobre a economia e sociedade. (GARCIA, 2003, p. 42)

Para além do debate em torno do “isolamento” ou “não isolamento”, consideramos propício considerações acerca da ocupação em momentos mais remotos da história mato-grossense, a partir da segunda metade do século XVIII, a mineração entrou em decadência, isto obrigou a capitania a promover uma “substituição de exportações”. Este foi o momento em que surgiram as fazendas de gado e os engenhos de cana-de-açúcar. O que aconteceu, resultante de um longo processo, foi o reordenamento das forças produtivas e, nesse processo, tendeu-se a uma produção agropastoril de auto abastecimento, o que fez com que a produção se tornasse mercantilizada, contando com o mercado disponível. Ressalta-se que, não se formou de imediato neste setor uma economia de exportação, que ainda se via presa à agonizante produção aurífera.

Fora o ouro, a prata contrabandeada das províncias espanholas e o diamante com curto período de extração e esgotamento rápido e irreversível, eram quase que os únicos produtos a serem exportados, pois ainda de forma bastante tímida, havia o açúcar e tecidos de algodão.

Volpato (1987)ⁱⁱⁱ mostrou que mesmo com a produção agrícola e o desenvolvimento do pastoreio, a capitania continuou importando o gado e os gêneros de primeira necessidade. Esse relativo desprezo com a agricultura, principalmente a de subsistência se deu exatamente pela sua forma de povoamento, que teve início com a descoberta do ouro. Sem contar a condição de pobreza vivida pela população mato-grossense no período, outro problema se colocou, a necessidade de garantir o domínio português nestas terras, visto ser Mato Grosso uma Capitania de Fronteira, o que levou a lutas constantes contra o espanhol, e que, por sua vez, exigiu o aparelhamento de milícias,

[...] a sociedade mato-grossense caracterizou-se desde os seus primórdios, de maneira praticamente generalizada, por relações de

violência. Isso se explicou em função de uma série de fatores que envolveram todo o seu processo de ocupação desde os primeiros contatos com a terra (implicando na luta contra uma natureza indômita, com os seus primitivos habitantes e com os súditos espanhóis), até a exploração e o povoamento dos seus núcleos mineradores. A violência como um componente inerente às bases dessa sociedade, refletiu-se também de maneira clara e intensa na esfera da política mato-grossense como uma herança da estrutura de dominação colonial que se estendeu até meados do século XIX. (CORRÊA, 2006, p. 29)^{iv}.

A exigência de um aparelhamento de milícias teve pesado ônus e com isso os investimentos na agricultura diminuíram, levando a fome uma parcela da população. Esse quadro de dificuldades contrasta com a acumulação conseguida por negociantes paulistas e cariocas que operaram comercialmente com a capitania.

A partir do século XIX, com as mudanças na economia europeia, ocorreu uma nova divisão internacional do trabalho, cabendo às colônias portuguesas, garantia do consumo dos manufaturados, o abastecimento daqueles mercados de gêneros agrícolas e demais matérias primas. O século XIX assistiu ainda à substituição do poder do comerciante e das casas comerciais que passaram por um progressivo processo de endividamento, e pelo aumento do poder dos proprietários de terras. E essa tendência se acentuou à medida que se proliferaram os núcleos açucareiros na província.

A produção da agroindústria canavieira no estado de Mato Grosso é uma das mais antigas do Brasil, entretanto, de modo geral a produção dessa atividade no estado foi bastante pequena, servindo apenas ao mercado local, “O açúcar produzido por Mato Grosso, de 1925 a 1931, representou cerca de 0,30% do total produzido nos estados brasileiros no mesmo período. No ano de 1932, o Brasil contou com 336 agroindústrias canavieiras, das quais, 11 pertenceram a Mato Grosso.” (BORGES, 2010, p.93)^v.

Quanto às relações de trabalho Borges (2010) assim se referiu:

O trabalho escravo foi estabelecido na atividade mineratória ao longo do século XVIII. O declínio das minas teria provocado a evasão de parte dessa mão-de-obra para outros lugares fora dos limites mato-grossenses. A mão-de-obra escrava que permaneceu em Mato Grosso tendeu a se concentrar nos engenhos de açúcar, organizados na tradicional forma escravista (BORGES, 2010, p.101).

No tocante a mão-de-obra livre, ainda de acordo com Borges,

Paralelamente ao trabalho escravo, antes de 1888, já haviam se desenvolvido em Mato grosso, outras formas de trabalho, formalmente livre. Índios, homens livres nativos de Mato Grosso e do Paraguai, constituíram a força de trabalho presente nas atividades extrativas (borracha, erva-mate, ipeca etc.), na pecuária, na produção da agroindústria canavieira.

As condições peculiares do trabalho em cada uma delas variavam, mas, em nenhuma, o trabalho livre alcançava sua forma mais acabada, qual seja, a do trabalho assalariado. Prosseguindo algumas características particulares (BORGES, 2010, p.102-103)^{vi}.

No período posterior a 1930 teve início em Mato Grosso, a intervenção do Estado na produção açucareira. Para a região mato-grossense essa intervenção não se traduziu em benefícios sequer para os grandes proprietários, pois com a criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) em 1933 surgiu mais um fator que contribuiu para a decadência das usinas, ainda que de forma indireta.

A partir dos anos de 1940, influenciados pela propaganda promovida pelo governo, camponeses de regiões como Nordeste, Sul e Sudeste, que não possuíam terras em sua região de origem foram atraídos pela “Marcha para o Oeste”, com a intenção de adquirirem sua própria terra, segundo Nascimento^{vii},

A partir dos anos de 1940, camponeses pobres, das regiões tradicionais do Brasil foram atraídos pelo programa ‘Marcha para o Oeste’, que se mostrou uma grande falácia, visto que com as expectativas da continuidade da marcha, empresários e fazendeiros passaram a adquirir enormes lotes de terra em boa parte destinados à especulação. (NASCIMENTO, 1997, p. 17)

Concomitantemente à colonização pública de pequenos lotes, grupos econômicos e políticos, acabaram aproveitando-se das facilidades que lhes eram concedidas pelo Estado, convertendo em riqueza os extensos territórios virgens, que foram obtidos a baixos preços, que em seguida foram loteados ou estocados para gerar riqueza sem trabalho. (LENHARO,1986)^{viii}.

Em artigo publicado na Revista Brasileira de História da Anpuh, intitulado “A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50”, Alcir Lenharo^{ix} mostrou como se deu a ocupação de terras na região Centro-Oeste do Brasil, mais especificamente no estado de Mato Grosso, houve especulação com a terra por grandes grupos econômicos enquanto a maioria pobre que vinha para a região em busca de terras tinha que se contentar com o trabalho nas fazendas.

A propaganda da Marcha, incentivava um retorno ao campo, alardeado pelo presidente Getúlio Vargas, que já em 1933 tratava a questão de forma tal que deixava qualquer militante de Esquerda, ou trabalhador rural sem terra, maravilhado com a proposta. Segue discurso proferido por Getúlio Vargas no Jornal “A República”^x em 1931:

Para alcançarmos tal benefício que nos está reservado, pois somos, em face do Velho Mundo gasto, Novo Mundo a explorar, precisamos de firmeza de direção, tranqüilidade (sic.) e equilíbrio. Só assim se dirigirão a nossa terra, com sólidas garantias de estabilidade, os capitais indispensáveis à sua fartura e opulência, acelerando o nosso progresso e impulsionando o nosso desenvolvimento. A obra de reconstrução que se espera é de extensos horizontes. Na sua amplitude e profundidade ela

requer o esforço inteligente e contínuo de várias gerações. (A REPÚBLICA, 1931, p.1)

A política de colonização de Getúlio Vargas, apregoava a necessidade de distribuir as populações migrantes e deslocá-las para as zonas mais férteis e produtivas. O objetivo a ser alcançado era o aumento da produtividade, o Estado Novo propunha-se aumentar ou ampliar a diversidade produtiva. Neste sentido surgiram críticas ao “latifúndio improdutivo”, portanto o latifúndio era tolerado, desde que gerasse produção e o assunto a respeito da acumulação de terras muito pouco foi mencionado, na interpretação de Lenharo^{xi},

A política desenvolvida pelo Estado Novo desembocou nos acontecimentos de 1950, quando o ‘Estado de Mato Grosso’ já denuncia especulação com terras devolutas. O jornal ‘O Estado de Mato Grosso’ notificava freqüentemente (sic.) a especulação de terras, mostrando que o governo estadual firmou vários contratos para concessão de terras. (LENHARO, 1986, p.26).

O resultado dessa política de distribuição de terras foi a formação gigantescas propriedades agrícolas, dessa forma, na sociedade brasileira, a terra também se tornou mercadoria. Outra forma de capitalização da terra se deu quando o capital se apropriou de grandes territoriais, com objetivo de promover reserva de valor (especulação), sendo esse o propósito dos grupos econômicos, que se apropriaram de enormes módulos agrários, contando com apoio quase que irrestrito do Estado. Ao escrever a carta pastoral intitulada “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”, Casaldáliga^{xii} aponta a forma como o Estado atuou na região,

Esses empreendimentos latifundiários surgiram graças ao incentivo dado pelo Governo, através da SUDAM. É a provação oficial e financiada de grande latifúndio, com todas as conseqüências que dele advém. Somas fabulosas são investidas na região pelas pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no Brasil. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 09)

As especificidades apresentadas por Casaldáliga em relação ao Nordeste de Mato Grosso, onde está situada a prelazia de São Félix do Araguaia, não ficam restritas àquela região do estado, o Noroeste Mato-grossense foi objeto de pesquisas que apresentam relações com o território em que ocorreu a atuação de Dom Pedro.

Ao estudar o município de Juína, tratando do projeto de colonização do município, analisando os mecanismos de exclusão, os veículos de propaganda que estimularam a ida de migrantes para aquela região, bem como os incentivos governamentais que culminaram em uma série de irregularidades, Joaroni Neto^{xiii} nos apresenta, pautado na documentação consultada, inúmeras denúncias de irregularidades por parte do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), “[...] em São José do Povo foram liberados R\$165.000,00 para a construção de 15 Km de estradas e dois poços artesiano. Nada foi feito. Há uma placa

indicando a construção de um único poço no valor de R\$320.00,00, que não foi construído.” (JOANONI NETO, 2007, p.25).

Problemáticas como as apontadas pelo autor, parecem fazer parte de um quadro geral na de ocupação territorial de Mato Grosso pós 1970, questões pertinentes a má gestão do dinheiro público, além de outras referentes à ocupação da terra que neste contexto, tornou-se capitalizada e acabaram se constituindo em espaços para produção em larga escala, por meio do agronegócio, e em muitos casos, transformou-se em reserva de valor, terras para especulação, momento este em que deixou de ser terra de trabalho e se constituiu em terra de negócio.

A ação do Estado como financiador das grandes propriedades rurais foi tratada por Souza (2008)^{xiv} em estudo intitulado “História de Sinop: sociedade imobiliária Noroeste do Paraná”, um dos vários textos que vieram a compor o livro “Mato Grosso: do sonho à utopia da terra”, organizado por Barrozo (2008). Neste estudo Souza aponta que:

A expansão das empresas capitalistas na Amazônia (latifundiários, fazendeiros e empresários), a partir de 1974, exerceu enorme pressão sobre os órgãos federais responsáveis pela política agrária brasileira. Entre estes destacavam-se a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outros. Esses órgãos atuaram no sentido de propiciar as condições de expansão do capital na região. O INCRA, ‘aprova’ os projetos fundiários; a FUNAI, deslocando grupos indígenas de uma área para outra. A SUDAM analisava e aprovava os projetos, liberando crédito e incentivos fiscais através do BASA e Banco do Brasil, para os projetos privados e para os programas governamentais na Amazônia. (SOUZA, in: BARROZO, 2008, P.27-28)

No livro “Incertezas no Araguaia: a enxada enfrenta o trator”, Barrozo (2007)^{xv} aponta as concepções diferenciadas do espaço que constitui a partir dos financiamentos citados:

[...] de um lado estão os empresários que se apropriaram da terra com fins especulativos mantendo grandes áreas como reserva de valor (...). De outro lado, os produtores familiares (posseiros), para os quais a terra é um meio de reprodução da agricultura camponesa. Na sua concepção a terra é para viver e trabalhar. (BARROZO, 2007, p, 37).

A formação territorial de Mato Grosso deve ser entendida por meio de sua relação com as políticas públicas que configuraram o campo a partir de 1970. As pequenas propriedades que não tiveram acesso aos incentivos da política agrícola não ficaram sem condições de se manter, devido a discriminação creditícia, principalmente as que foram minifundizadas devido à exploração do capital mercantil, e foram incorporadas às propriedades maiores, visto que os grandes proprietários se beneficiaram com estímulos governamentais.

No período posterior a 1970, o Estado que já havia promovido a distribuição de terras, nas colonizações públicas nas décadas de 1940 e 1950 do século XX, promoveu a “modernização do campo” e incentivou a produção resultante das grandes propriedades tais como soja e cana-de-açúcar. Nesse contexto foi criado o Proálcool, definido em 1975, e

acelerado a partir de julho de 1979, com a garantia da produção de álcool para suprir a deficiência dos derivados do petróleo.

A agricultura, naquele momento era vista pelas autoridades governamentais, como a solução da crise econômica, e desta forma, se fazia necessário aumentar a produção de alimentos, com o objetivo de combater a crescente inflação, aumentar a produção exportável (soja) para amortizar a dívida externa e aumentar a produção de agro energéticos (cana-de-açúcar) para se efetuar uma substituição parcial do petróleo importado .

A crise do petróleo do final de 1973, levou ao aumento exorbitante do preço deste produto. O Proálcool foi criado nesse contexto, a partir da intenção de substituir as importações, e como resultado das políticas adotadas, visando driblar a crise foram tomadas medidas, noticiadas nos jornais que circulavam pelo estado durante o período. Acerca da utilização de álcool em motores de carros, ainda no ano de 1978, investia-se em propagandas que valorizaram o investimento em biocombustível, sobretudo daqueles derivados do cultivo da cana-de-açúcar. Segundo o jornal Folha de Rondonópolis,^{xvi}

[...] já passamos da fase da mistura para o uso exclusivo do álcool etílico. São 500 veículos testados há quase um ano nas mais diferentes condições de trânsito, de utilização ou de forma de condução. E os resultados são estes: mesmo desempenho dos motores a gasolina; mesma potência; e no mínimo mesmo consumo dos motores a gasolina. (FOLHA DE RONDONÓPOLIS, 1978, p. 9).

Ainda em 1979, jornais noticiavam a mistura de álcool como uma alternativa energética, considerando a adesão da imprensa escrita ao Proálcool a reportagem publicada no jornal Correio do Estado^{xvii}, é bastante elucidativa:

Segundo uma fonte do primeiro escalão do governo, o Centro Tecnológico da Aeronáutica aprovou a mistura de 25% de álcool na gasolina, assim como as novas misturas de gasolina com óleo diesel e de óleo diesel com óleo combustível. (CORREIO DO ESTADO, 1979, p.7)

Também em 1979, foi notícia, a falta de óleo diesel nos postos de combustível,

Cuiabá- Informação circulava ontem nesta capital, partindo de motorista que utilizam a rodovia Cuiabá-Porto Velho, dando conta que cerca de mil veículos estavam paralisados naquela rodovia, por falta de óleo diesel. Essa situação era prevista há cerca de um mês, com a redução das quotas de óleo diesel para o Estado de Mato Grosso. (CORREIO DO ESTADO, 1979, p. 3).

Entretanto, o investimento do governo via Proálcool, não atingiu de forma homogênea todas as regiões do país como assegura Carrijo e Carvalho (2007)^{xviii}:

[...] o PROÁLCOOL contribuiu para consolidar a hegemonia do Sudeste no cenário nacional, mais especificamente do estado de São Paulo, em detrimento de outras regiões. Dos projetos enquadrados no

PROÁLCOOL até 1984, 60,1% pertenciam à região Sudeste, 19,3 à região Nordeste, 12,3% ao Centro-Oeste, 7,3 ao Sul e 1,1 ao Norte.

Os debates em torno dos efeitos positivos e negativos do Proálcool são intensos, o maior argumento utilizado pelos idealizadores do programa, era a geração de emprego, portanto, ressaltava-se os aspectos sociais para além dos econômicos que adviriam com a implantação do programa. Em estudo intitulado “A produção de álcool: do Proálcool ao contexto atual”, Carrijo e Carvalho (2007), analisaram as opiniões de diversos autores acerca da problemática de geração de emprego durante o período áureo do Proálcool, os autores ressaltam nas interpretações que o programa teve alta capacidade de geração de empregos, porém trouxe como efeitos ao mercado de trabalho agrícola a sazonalidade do emprego na cultura de cana-de-açúcar, com concentração de trabalho na fase de colheita, e com outro agravante que diz respeito a grande desvantagem de flutuação da renda familiar, além da necessidade de migração durante o ano. Isso aliado a precárias condições de habitações e de reprodução dos trabalhadores, com dificuldade ainda de frequentar escolas dentre outras problemática.

O problema maior que se colocou aos “benefícios” resultantes do Proálcool foi que estes foram aplicados para a satisfação de poucos, para tanto o governo concedeu créditos subsidiados, para serem investidos em infra estrutura e para a produção de cana-de-açúcar, que ao exigir terras férteis para sua produção acabou tomando o lugar de produtos que poderiam ser destinados à alimentação da população brasileira, e dentre outros motivos esse pode ser apontado como um dos que contribuiu para que esse tipo de cultura perdesse espaço agrário nas melhores terras. O resultado foi a elevação do custo de vida tornando cada vez mais penosa a sobrevivência do trabalhador.

Essa situação foi apontada por Magalhães et al^{xix} (1991) que, utilizando-se de dados do IBGE, demonstraram que a área colhida com culturas alimentares, entre 1960-85, aumentou, em termos percentuais, praticamente iguais ao incremento da população, que foi de 93%. Porém os resultados para as culturas energéticas foram bem mais substanciais, apresentando incremento de 123%.

A expansão da agropecuária em Mato Grosso, teve como protagonista a grande propriedade rural que pôde contar com os projetos da política agrícola, concedendo incentivo fiscal e crédito rural. Tarsitano^{xx} (1990), realizou um estudo acerca dos estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, apontando que entre os anos de 1970 e 1985, houve uma redução no número de estabelecimentos rurais, enquanto a área ocupada apresentou crescimento contínuo. Para Tarsitano,

No estado de Mato Grosso do Sul, as áreas ocupadas com o cultivo da arroz sofreram acentuada redução, no seu lugar se implantou a soja, que a partir de 1980 se tornou o principal produto de exportação do estado. “[...] Todas as microrregiões destes dois estados apresentaram um grau de modernização da agricultura, nas regiões em que foi maior o emprego do uso de tratores e onde houve maior utilização de força mecânica nos trabalhos agrários, o uso da mão-de-obra dos trabalhadores decresceu.” (TARSITANO, 1990).

Constata-se aí uma mudança no perfil da agricultura e da pecuária que resultou em alto grau de concentração da terra e de renda. Neste contexto coube aos trabalhadores um caminho que os deixou às margens da cultura econômica da sociedade contemporânea, que ao privilegiar uma minoria relega a maioria à exclusão, onde não lhe resta trabalho, a não ser nos

períodos de maior exigência de mão-de-obra (colheita), sendo que este trabalho é oferecido sazonalmente e não possibilita ao trabalhador a manutenção sequer de sua subsistência e de sua família, “[...] É nessa situação que o bóia-fria, o cortador de cana, é levado a exaurir diariamente as suas forças (e, muitas vezes, as de membros da sua família: mulheres, velhos, menores, doentes etc.) a fim de garantir um *quantum* de trabalho necessário à reprodução da sua família.” (IANNI, 2004, p.80)^{xxi}.

ⁱ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1987.

ⁱⁱ GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2003. (mimeo).

ⁱⁱⁱ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Idem.

^{iv} CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Banido em Mato Grosso (1889-1930)*. 2.ed. Campo Grande-MS: EdUFMS, 2006.

^v BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o Trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.

^{vi} BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Idem.

^{vii} NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. *Aceleração Temporal na Fronteira: estudo do caso de Rondonópolis-MT*. Tese de doutorado, São Paulo: História/FFSCH/USP, 1997. Mimeo.

^{viii} LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente de colonização*. Cuiabá-MT: NDIHR-UFMT, 1982

^{ix} LENHARO, Alcir. *A terra para quem nela não trabalha*. Vol. 5, n. 12, 1986.

^x *Progresso nas regiões de fronteira*. *A República*. Campo Grande – MS, Ano I, 02/08/1931, n. 03, p.2.

^{xi} LENHARO, Alcir. Op.Cit.

^{xii} CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Carta Pastoral. São Félix do Araguaia, 1971.

^{xiii} JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

^{xiv} SOUZA, Edson Antonio de. *História de Sinop: sociedade imobiliária Noroeste do Paraná*. In: BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso. Do sonho a utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2008.

^{xv} BARROZO, João Carlos. Op. Cit.

^{xvi} 500 veículos andam apenas com álcool. *Folha de Rondonópolis*. Rondonópolis-MT, ano III, 04/06/1978, n. 207, p.09.

^{xvii} Gasolina vai ter 25% de mistura de álcool. *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ano XXVI, 09/07/1976, n. 7888, p.7.

^{xviii} CARRIJO, Ed Licys de Oliveira; CARVALHO, Simone Pereira de. *A produção de álcool: do Proálcool ao contexto atual*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Londrina, 2007.

^{xix} MAGALHÃES, J.P. de A., KUPERMAN, N., MACHADO, R.C. Proálcool: uma avaliação global. Rio de Janeiro: ASTEL, 1991.

^{xx} TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. Análise da agricultura mato-grossense 1970-1985: modernização, desconcentração da terra e mão-de-obra. São Paulo: EAESP/FGV, 1990. (Tese de Doutorado). Mimeo.

^{xxi} IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

